



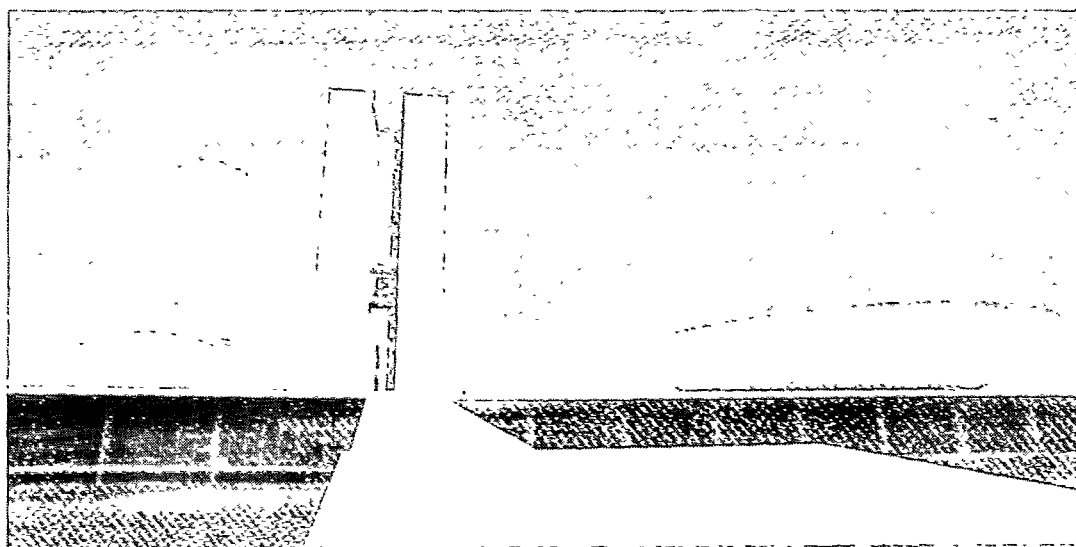
República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVIII — Nº 148

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 12 DE NOVEMBRO DE 1983



CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 359ª SESSÃO CONJUNTA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MÚCIO ATHAÍDE — Homenagem ao ex-Senador Teotônio Vilela, no momento em que se agrava o estado de saúde daquele homem público.

DEPUTADO HÉLIO DUQUE — Saída do Sr. Hélio Beltrão dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e da Desburocratização

DEPUTADO GERSON PERES — Apelo em favor da instalação de uma agência do Banco do Brasil na cidade de Acará, no Estado do Pará.

DEPUTADO MÁRIO FROTA — Consideração sobre o apoio do PTB ao Decreto-lei nº 2.065/83.

DEPUTADO ORESTES MUNIZ — Congratulações com os Srs. Moacyr Dalla e Lomanto Júnior, eleitos hoje Presidente e Vice-Presidente do Senado Federal. Estado de abandono a que está relegado o Estado do Acre, por parte do Governo Federal.

DEPUTADO CELSO BARROS — Exaltação da atuação política desenvolvida pelo ex-Senador Paulo Brossard, na oportunidade de sua participação no Círculo de Estudos Jurídicos realizado pela Ordem dos Advogados — Seção do Piauí.

DEPUTADO JORGE CARONE — Eleição dos Srs. Moacyr Dalla e

Lomanto Júnior para a Presidência e Vice-Presidência do Senado. O problema do menor abandonado.

DEPUTADO NILSON GIBSON — Exoneração do Ministro Hélio Beltrão.

DEPUTADO JORGE ARBAGE, como Líder do PDS — Afastamento do Ministro Hélio Beltrão das Pastas da Previdência e Assistência Social e da Desburocratização.

DEPUTADO MÁRIO FROTA, como Líder do PMDB — Respeito granjeado pelo Sr. Hélio Beltrão à frente do Ministério da Previdência e Assistência Social.

DEPUTADO WILMAR PALIS — Eleição dos Senadores Moacyr Dalla e Lomanto Júnior para a Presidência e Vice-Presidência, respectivamente, do Senado Federal.

Ata da 359ª Sessão Conjunta, em 11 de novembro de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lomanto Júnior

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Iris Célia — Mário Mata — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Severo Gomes — Henrique Santillo — Derval de Paiva — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; José Mello — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Viana — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; Mário Frota — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

Registro do esvaziamento do plenário em face da alta relevância da matéria da Ordem do Dia. Solicitação da suspensão da sessão por inexistência de **quorum** para o seu prosseguimento.

1.2.2 — Fala da Presidência

Acolhimento da questão de ordem suscitada referentemente ao levantamento da sessão. Agradecimento às palavras encomiosas dirigidas a S. Ex^a na presente sessão, pela sua eleição para o cargo de Primeiro-Vice-Presidente do Senado.

1.2.3 — Comunicações da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas, com Ordem do Dia que designa.

— Aprovação, por decurso de prazo, do Decreto-lei nº 2.048/83 e prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 95/83-CN.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 360ª SESSÃO CONJUNTA, EM 11 DE NO-
VEMBRO DE 1983

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.2.2 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Wilmar Palis e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

2.3 — ENCERRAMENTO

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Pedro Novais — PMDB; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Alfredo Marques — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Manoel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS.

Paraíba

Carneiro Arnaud — PMDB; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PDS.

Sergipe

Francisco Rollemberg — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira

— PDS; Francisco Pinto — PMDB; João Alves — PDS; José Lourenço — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS.

Espírito Santo

Nelson Aguiar — PMDB.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Cle-mir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Franciso Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; Jorge Cury — PTB; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Machado — PDS; Magalhães Pinto — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Raul Bernardo — PDS.

São Paulo

Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Onísio Ludovico — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Gilson de Barros — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB, Oscar Alves — PDS; Reinhold Stephanes — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Paulo Mello — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Nelson Marchezan — PDS; Paulo Mincarne — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

João Batista Fagundes — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — As listas de presença acusam o comparecimento de 58 Srs. Senadores e 168 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Múcio Athayde.

O SR. MÚCIO ATHAYDE (PMDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Srs. Senadores, Srs. Deputados, hoje tive uma das mais sérias emoções de minha vida.

Foi quando abri os jornais e me deparei com a figura do nosso companheiro, Senador Teotônio Vilela, sendo transportado de avião, já inconsciente, para Alagoas, a terra que o viu nascer, quase tombado, mas ainda vivo, após resistir durante dois anos ao flagelo da Humanidade, o câncer que o atacara.

Teotônio Vilela, Srs. Senadores e Srs. Deputados, foi um forte, cujo exemplo de força de vontade e bravura na luta contra esse terrível mal engrandecerá as páginas da História.

E eu me lembro da sua figura mística, já sem a vasta cabeleira, em face do tratamento quimioterápico a que se submeteu, percorrendo todo o Brasil, na pregação cívica em prol das liberdades democráticas de nossa Pátria.

Eu me emociono quando me recordo da última Convenção Nacional do PMDB e vejo em minha mente o velho Senador apoiado em meu braço direito e em sua bengala, entrando firme, mas já com o andar trôpego, no Auditório Nereu Ramos, sob o aplauso de nossos companheiros.

Teotônio Vilela, neste instante em que ocupo a tribuna deste Congresso, já se encontra em estado pré-comatoso, mas tenho certeza de que sua fibra ainda o manterá pisando sua Terra das Alagoas.

Hoje, mais do que nunca, sinto-me envolvido por uma coragem sobre-humana, na luta contra o câncer, dedicando cada instante de minha vida para salvar a vida de cada ser humano, atacado por esse flagelo da Humanidade.

Teotônio Vilela é um exemplo para os parlamentares, um exemplo para os brasileiros e um exemplo para a Humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Hélio Duque.

O SR. HÉLIO DUQUE (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no instante em que a esperança começa a morrer neste País, sob a ótica do poder maior que vem des governando esta Nação pelo traço tecnocrático, submissor das razões políticas que deveriam prevalecer em relação ao Estado brasileiro, é extremamente triste saber que o Governo de João Figueiredo faz hoje uma opção desastrosa, porque ter um Ministro do nível de seriedade e de competência de Hélio Beltrão só enaltece qualquer Poder Executivo.

Na Mesa desta Casa estão dois ilustres Senadores que foram Governadores, respectivamente, da Bahia e de Alagoas. Sabem S. Ex^{as}., como é importante ter no corpo de auxiliares a competência que Hélio Beltrão expressava, uma vez que também alertava sobre os caminhos que não traduziriam os melhores como opção para o grande encontro nacional do Estado brasileiro com a Nação, divorciada de há muito.

Estou aqui, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, de posse da carta encaminhada, hoje, a S. Ex^a o Sr. Presidente João Figueiredo, do Ministro Hélio Beltrão, quero chamar a atenção sobretudo para duas passagens. Na primeira, diz o ex-Ministro:

“Nunca oculte de Vossa Excelência minhas divergências com a política econômica em curso e com a excessiva centralização das decisões a ela referentes. Não obstante o desconforto pessoal decorrente dessas divergências, permaneci até agora no Ministério para não fugir à missão que recebi de Vossa Excelência.”

De outra parte, Sr. Presidente, diz o ex-Ministro Hélio Beltrão:

“Uma sucessão de outros fatos desencorajantes, inclusive na área da desburocratização, acabou por consolidar em meu espírito a convicção de que chegou a hora de sair.

E, ao fazê-lo, reitero perante Vossa Excelência minha convicção de que a solução do problema conjuntural da Previdência, como, de resto, da crise econômica que afeta o País, jamais será alcançada pela via da recessão. Pelo contrário, só um projeto político afirmativo e soberano — que, estou certo, ambos desejamos — será capaz de mobilizar a vontade nacional e reacender a confiança, a esperança e a iniciativa dos brasileiros, sem exigir sacrifícios que ultrapassem desnecessariamente o limite do socialmente tolerável.”

São essas duas passagens, Sr. Presidente, que nós das Oposições já de há muito tempo temos destacado em pronunciamentos e em denúncias. A continuar a recessão, a continuar esse processo de divórcio entre o Estado e a Nação brasileira, nós, a cada dia mais, só temos a contemplar um caminho: a tutela representada pelo Fundo Monetário Internacional, que após três anos de brutal recessão econômica nos anos de 81, 82 e 83, desejam que ela continue por mais dois anos, 84, e 85. Mas, Sr. Presidente, quero referir-me ao final deste pronunciamento, a dois aspectos que me parecem respondem muito objetivamente por essa demissão do brasileiro Hélio Beltrão. O primeiro deles é que, há cerca de dois anos, éramos Presidente da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, quando chegou às nossas mãos um projeto oriundo do Executivo, pois encaminhado pela Casa Civil da Presidência da República, no sentido da extinção das plaquetas dos automóveis brasileiros, porque inteiramente inócua e sem nenhum sentido de objetividade, dentro do sistema burocrático brasileiro. E, Sr. Presidente, nossa surpresa foi que um ilustre Vice-Líder do próprio partido do Governo, após postergar por mais de três meses a apreciação, na Comissão de Economia,

deste projeto, que era do Executivo e que caberia a este Deputado do PDS defender, formulou emenda que dentro de cinco anos a medida entre em vigência.

Nós das Oposições, do PMDB, aprovamos este projeto oriundo do Executivo e convocamos o Ministro Hélio Beltrão. Dizia o Deputado procrastinador desta medida oriunda do próprio Executivo — asseguro que não é o Deputado Nilson Gibson — que cerca de 30 mil desempregados existiriam se aquela medida entrasse em vigência. Convocamos, convidamos o brasileiro Hélio Beltrão. Ele veio à Comissão e nos demonstrou com documentos que, no Rio de Janeiro, para a fabricação de 1.200.000 plaquetas pelo DR eram necessários apenas 82 funcionários. E este projeto foi aprovado. Mas contra ele estavam interesses poderosos, porque um cunhado do Ministro Delfin Netto, de nome Mário Nicoli, era o maior fabricante de plaquetas deste País.

O segundo fato, Sr. Presidente, é sobre o Decreto-lei nº 2.064, e acho que aí está um dos parâmetros de choque brutal dentro do estamento da tecnoburocracia estatal deste País. Tive oportunidade de ler uma declaração do Deputado Nilson Gibson, numa reunião do seu partido, de que iria até defender o Decreto-lei nº 2.064. Quando alguém alertou o nobre Líder do PDS de que nele havia um art. 44, que punia os aposentados, ele disse: “Mas estão tirando o dinheiro de mamãe”. E não fez a defesa do Decreto-lei nº 2.064.

Esses fatos, Sr. Presidente, têm um sentido muito forte, porque diante da resistência de setores políticos do próprio partido do Governo, mas sobretudo da resistência do Ministro Hélio Beltrão, o art. 44 foi expurgado já no Decreto-lei nº 2.065. E o que definia? Que o aposentado só poderia receber o seu pecúlio, a que faz jus pelo que trabalhou durante todo o tempo útil de produção dentro do mercado, se houvesse disponibilidade de caixa da Previdência.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que lamentamos, lamentamos essa demissão. Somos daqueles que querem substanciais mudanças neste País. Aliás, é esse o desejo majoritário da sociedade brasileira. E entendemos que dentre os homens que merecem respeito pelo comportamento, pela compostura e dignidade, que sempre teve no exercício do poder público deste País, Hélio Beltrão é um dos pontos indiscutivelmente de referência.

Perde o Governo Figueiredo um dos seus auxiliares do maior nível de competência e lealdade, que procurava servir com denodo à Pátria, e não como muitos outros, a servir interesses que não são os nacionais.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Com a palavra o nobre Deputado Gerson Peres.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é talvez a primeira vez que o Congresso Nacional ouve este nome: Acará. É um Município no meu Estado, o Pará.

Integra-se à microrregião de Tomé-Açu, que compreende a área formada entre os divisores dos rios Moju e Acará-Mirim, ambos afluentes do rio Guamá. Essa microrregião possui os dois Municípios: de Tomé-Açu e Acará.

Este nome, para que melhor fique gravado na memória dos que o devem ajudar e entender, é o topônimo indígena e tem muitas significações. Acará: A, significa: aquele que, o Cará, morder, roer. Para outros, Acará tem a significação de “o que tem esporão de rabo” “o que fere com esporão” pois, aca significa: ponta, esporão e rá, rabo. Teodoro Sampaio diz que Acará significa cabeça áspera, cascudo. É, finalmente, “o nome genérico de vários peixes de água doce, de gêneros diversos, família dos ciclídeos”. Concluiria como uma cidade gostosa, um município atraente como a carne saborosa dos acarás que ora são bandeira, ora bararuás, ora bererés, boca de jiquiá, chibantes, disco e cascudos. Como a origem de seu nome, Acará é um município de culturas di-

versificadas que convidam os interessados no desenvolvimento a uma tomada de providências que obterão bons resultados.

No Baixo e Médio Acará floresce a lavoura de subsistência que necessita de maiores atenções técnicas e creditícias. Destaco, Srs. Congressistas, a farinha, o arroz com casca, o milho, o fumo e um acentuado interesse pela pimenta-do-reino. Em outro trecho, verificam-se três núcleos coloniais, os Mineiros, o Acará-Mirim e o de Igarapé Inatinga Grande.

Rico em floresta, detém um potencial madeireiro nos altos cursos de seus rios Acará e Acará-Mirim. Aí ainda se pode conhecer a madeira de Lei como o acapu, o pau-amarelo e a maçanduba.

Pelos estudos da EMBRAPA, mostra-se em relação ao solo "uma predominância de latossolos amarelos de textura média e meio pesada e latossolos concrecionários". Estes últimos são desaconselháveis ao plantio da pimenta-do-reino.

Acará e Tomé-Açu, são Municípios que, se olhados com mais carinho e seriedade pelos créditos bancários acessíveis, seriam uma fonte permanente de abastecimento ao mercado consumidor de todo o Pará e para grande parte do País. De destinação agrícola, sofrem, em nossos dias, séria crise agrária, para o que alertamos, desta tribuna, os Governos Federal e Estadual. A estes cabe, de imediato, uma providência que salve Acará e Tomé-Açu da decadência.

O Município de Acará, Srs. Deputados, é rico com suas potencialidades naturais. Por isso mesmo, pode sair da crise por que se debate. Seus agricultores e produtores, seus homens de comércio e da pequena e média empresa são capazes e trabalhadores. Faltam-lhes apenas os meios e melhores orientações. Se a boa vontade dos dois Governos se materializar com realizações básicas e concretas, então Acará, esse Município de ricas tradições históricas, prosperará e seu povo será mais feliz.

Ora, Srs. Congressistas, um Município de longa e respeitada história gerador de um notável Felipe Patroni e do imortal cônego Batista Campos, dos grandes nomes da luta pela nossa Independência, localizado em invejável área geográfica, de clima constante entre 28° e 31°, tropical chuvoso, servido pela rodovia estadual PA-01, ligada à BR-010 e por permanentes transportes fluviais, um município de precária comunicação aérea e de telecomunicação, merece já uma nova injeção para aprimorar o que está deficiente e ampliar o aproveitamento de suas riquezas, que em muito contribuirão para o progresso do Pará. As ligeiras e despretenciosas considerações expostas são suficientes para impulsionar, das gavetas do Banco do Brasil, aqui em Brasília, a autorização final para que se instale imediatamente na cidade de Acará sua agência já programada e até anunciada. Se não vão instalar essa agência, que permitam então possa o BAME-RINDUS que demonstra estar interessado em ali operar, colocar sua agência.

Interpretando, pois, a vontade de toda a população de Acará é que integro meu apelo ao da APRUMA, para que uma agência bancária ali se instale.

Desse modo, pois, requeiro que o Banco do Brasil, por seu ilustre Presidente, mande instalar na cidade do Acará, no Estado do Pará, sua agência já programada. Essa é uma reivindicação justa e vem ao encontro das aspirações dos lavradores e produtores desse importante Município paraense.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a. Hoje é o dia de V. Ex^a e quero congratular-me pela justiça que o Senado fez a uma das figuras mais impolutas da política do meu País, hoje, como é V. Ex^a, Senador Lomanto Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Agradeço a V. Ex^a as palavras generosas que bem demonstram a grandeza com que V. Ex^a representa o seu imenso Estado.

Com a palavra o ilustre Deputado Mário Frota.

O SR. MÁRIO FROTA (PMDB — AM Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desejo hoje, desta tribuna, registrar o mais absoluto repúdio à traição do PTB, embora fazendo justiça a uns poucos que, com dignidade, a exemplo do Deputado Jorge Cury, se rebelaram contra as determinações da dirigente Ivete Vargas, não votando no Decreto-lei nº 2.065.

O crime contra o povo cometido pelos parlamentares do PDS — muitos eleitos pela fraude eleitoral e com apoio da máquina administrativa dos respectivos Estados — a bem da verdade, não é tão grave como o perpetrado pelo PTB, partido que desenvolveu intensa campanha eleitoral com base em teses eminentemente trabalhistas.

No entanto, Sr. Presidente, o fisiologismo falou mais alto, e o PTB, que teve em Vargas o seu idealizador e fundador, terminou desmoralizado, sendo sepultado de vez pelo Decreto-lei nº 2.065, a última pá de cal sobre uma agremiação partidária histórica que concluiu os seus dias de forma melancólica, dramática até, não fosse extremamente ridícula.

A vingança do povo é que o Decreto-lei nº 2.065 se transformou no coveiro dos que traíram a Nação brasileira nesse monstruoso crime de lesa-pátria, cuja única finalidade é o aniquilamento da soberania nacional, agora definitivamente comprometida com os interesses do capital externo.

Terminou, Sr. Presidente, prevalecendo a vontade do FMI e dos banqueiros internacionais, que vibravam com a aprovação desse infame decreto. O amor pelo Brasil ficou para depois.

Traição suja, indecorosa, verdadeira vergonha para os homens de bem que um dia defenderam a bandeira de luta do trabalhismo inspirado por Vargas. Alguns preferem findar seus dias com dignidade, ao contrário de certos próceres do PTB que chafurdam no lodo do interesse pessoal, e descem à lama da conveniência política em busca de migalhas da mesa do Governo. Como partido, o PTB poderia desaparecer, deixando honrosas recordações, ao contrário de se haver transformado na cloaca do regime, num partido de meia dúzia de judas que venderam à própria honra por 30 dinheiros. Mentiram descaradamente nos palanques. Esses traidores só terão um fim digno: o lixo da História, que é o lugar comum dos Calabares e dos Joaquim Silvério dos Reis da vida.

Daqui a três anos, esses mesmos homens estarão fazendo promessas idênticas às que faziam nos comícios da última eleição. Voltarão a mentir para o povo, cinicamente, como mentiram quando pediam os votos das classes trabalhadora, que, enganada, ainda sufragou os candidatos desse partido com p minúsculo, pensando, por certo, estar fazendo o melhor pelo futuro dos seus filhos e, conseqüentemente, do Brasil. O cinismo chegou a tal ponto que a dirigente desse partido alegou, para fechar questão a favor do Decreto-lei nº 2.065, acreditar ser a melhor fórmula para salvar o País da crise econômica que atravessa e evitar que mergulhasse numa crise de natureza institucional.

Em primeiro lugar, esse decreto não vai salvar o Brasil, mas lançá-lo na mais negra recessão, aumentando o desemprego e, dessa forma, aprofundando o quadro de fome e de miséria que assola o País. Sofismas, apenas sofismas têm sido as armas da direção desse partido para justificar a covarde traição. Nanicos até no comportamento. Um partido pode ser pequeno, mas manter a sua dignidade, a exemplo do PT e do PDT. Os anões morais que dirigem o PTB jamais deveriam dirigir alguma coisa neste País, que tem um povo honrado e de larga tradição libertária.

Traidores do povo. Em verdade, não existem palavras suficientes para qualificar o comportamento ignominioso desse amontoado de vendidos e vendilhões, incapazes de um ato de dignidade em defesa desse povo humilhado pelo servilismo de um governo mais preocupado em agradar a agiotagem internacional do que evidentemente

encontrar um caminho decente capaz de salvar o que ainda resta do saque das multinacionais depois de tantos anos de esbulho e espoliação.

Às vezes, Sr. Presidente, é preciso desabafar, e eu estou desabafando pelo povo que represento nesta Casa. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Orestes Muniz.

O SR. ORESTES MUNIZ (PMDB — RO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, primeiramente quero parabenizar os ilustres Senadores Moacyr Dalla e Lomanto Júnior pela eleição, respectivamente, para Presidente e Primeiro Vice-Presidente do Senado da República. Passei a conhecer tanto o Senador Moacyr Dalla quanto o Senador Lomanto Júnior nesta legislatura, mas, pela sua tradição, pelo seu nome na política, sei que muito poderão contribuir para a solução da grave crise por que passa a Nação. Com a sua experiência, com o seu denodo, com o seu esforço, poderão ajudar o País a realizar seus anseios de desenvolvimento.

São estes os votos que fazemos aos novos dirigentes do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Outro assunto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O Estado de Rondônia, bem como o Estado do Acre, estão localizados no extremo do Brasil, guardando nossas fronteiras, como sentinelas avançadas.

Ocorre, porém, que o Poder Público não está dispensando a estes Estados os cuidados devidos.

O Estado do Acre se encontra simplesmente abandonado pelo Governo Federal.

Vejam os:

"A PETROBRÁS tem vários milhões de litros de gasolina estocados em sua base de Porto Velho, Rondônia, mas recusa-se a enviar o produto para abastecer Rio Branco e outras cidades do Acre, alegando que a gasolina é pura, e a rodovia BR — 364 não está permitindo a passagem dos caminhões que transportam álcool anidro do Sul para a mistura." (Denúncia do *Jornal de Brasília*).

O problema da gasolina, e também do diesel, num Estado em desenvolvimento como é o Estado do Acre, traz sérios transtornos, visto que o Estado e a sua economia sofrem um desarranjo total, com a falta de combustível, que afeta o fornecimento de energia elétrica.

A desculpa da estrada não procede, visto que a época das chuvas, em Rondônia e Acre, é perfeitamente previsível.

Por outro lado, a discriminação do Acre chega ao ponto de o Governo Federal mandar asfaltar a Rodovia BR-364, de Cuiabá até Porto Velho, sem, no entanto, mandar complementar esta mesma Rodovia até Rio Branco.

Tanto a PETROBRÁS como o CNP., estão praticando uma política errada e demonstrando total incompetência na administração de seus negócios.

O povo do Acre não pode ficar à mercê da falta de vontade de alguns dirigentes de órgãos públicos.

O povo de Rondônia, bem como sua bancada na Câmara Federal, se solidariza com o povo do Acre e apóia integralmente a luta de seu Governador, Nabor Júnior, pelo pleno restabelecimento do abastecimento de combustível em todo o Estado.

Sempre que for necessário, o povo de Rondônia estará irmanado com o povo do Acre, na luta para que seus direitos sejam respeitados.

Avante, Governador Nabor Júnior! O Acre pode contar com o povo de Rondônia.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — V. Ex^a será atendido. Quero agradecer a V. Ex^a as generosas palavras a mim dirigidas. Espero não desmerecer os conceitos aqui emitidos a meu respeito.

Com a palavra o nobre Deputado Celso Barros.

O SR. CELSO BARROS (PDS — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no prólogo do seu livro *Gênio e Caráter*, escreve Emil Ludwing, o grande biógrafo alemão: “Toda vez que se encontram no mesmo terreno o investigador e o artista, há disputa. Se aquele procurasse somente a verdade e este a beleza, não se originariam divergências; mas como cada qual procura a verdade sob uma forma diferente e pensa que a sua é a melhor, dá-se o conflito”.

Esse conflito entre o investigador e o artista é um dos traços da personalidade do Senador Paulo Brossard, no seu modo de fazer política, de colocar os problemas nacionais e de fazer o diagnóstico de nossa realidade, em tudo procurando conciliar as duas tendências, tão intimamente ligadas às criações do seu espírito e de sua inteligência.

Investigador, revela-se na busca do arsenal de dados com que enriquece os seus trabalhos, sobretudo os seus trabalhos parlamentares a que, ultimamente, se dedica de modo particular.

Os discursos que proferiu no Senado da República, onde reviveu os grandes momentos da história parlamentar da República brasileira, colocando-se ao nível de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e outros luminares da eloquência parlamentar, mostram as suas preocupações pelo fato concreto, pelo dado imediato, aduzindo provas e comparando situações, para chegar à verdade desejada. É a sua busca incessante, e nesse afã entrega-se de corpo e alma, até a conquista definitiva, sem a qual o seu trabalho estaria incompleto.

Mas não é só isso. Nele ressalta também a figura do artista, o homem que procura não apenas a verdade, mas também a beleza, talvez por crer que uma é emanção da outra, como na imagem de Platão, para quem a beleza é o esplendor da verdade.

E a sua arte é a mais difícil de todas, a mais sublime, como a chamou Latino Coelho, a arte da palavra, a qual não se materializa em formas tangíveis ou cores atraentes, porque é a arte que reflete todas as energias combinadas do espírito para elevar-se no ritmo dos gestos, que é outro modo de refletir-se a espiritualidade humana. É a arte reveladora de totalidade do ser humano, da sua integridade espiritual, aliando, assim, o que é vida o que está acima da vida, na sua angústia de fixar de uma vez o efêmero e o eterno.

Se alguém já disse que é nos diálogos que se manifesta diretamente a essência do homem, assim o é porque o diálogo é precisamente a manifestação de sua espiritualidade, de que o Evangelho de São Lucas nos deu a síntese exemplar. No começo era o Verbo. O Verbo se fez carne e habitou entre nós.

O Senador Paulo Brossard, como um dos líderes da Oposição, não pode ser visto apenas na sua dimensão política e partidária. Transcende os limites estreitamente políticos.

Se me fosse dado estabelecer paralelo entre ele e algum vulto eminente da história política do passado, combinando aquelas duas tendências inicialmente apontadas, a do investigador e a do artista, diria que Paulo Brossard tem muito de Macaulay. Deste disse Emil Ludwing que, como Ministro e membro do Parlamento, aprendeu, pela observação do seu tempo, a compreender a História através de experiências sempre renovadas. O mesmo se pode dizer do nosso homenageado, membro do Parlamento brasileiro, com uma penetrante visão do problema histórico, sobretudo do que é essencialmente nosso, em cuja análise desce às raízes de nossa formação social e política, sem perder o contato com as idéias mestras que elaboram o nosso pensamento e dão embasamento à nossa formação cultural.

Na sua defesa da política como atividade voltada para o bem comum da Nação e do seu povo; no seu empenho de extirpar os focos de corrupção que comprometem, entre nós, a vida pública, Paulo Brossard coloca todo o vigor da sua palavra, a sua coragem cívica, as suas con-

vicções democráticas com uma missão histórica importante a desempenhar nos dias incertos de hoje, na medida em que se lança “contra o absolutismo dos governos que trocam a orgânica necessidade humana de referências intangíveis pela degradação dos mitos totalitários, de um e outro extremo”.

Firme nas posições pessoais, imprime à sua ação política uma coerência a toda prova a que o tumulto e as incertezas da vida pública não conseguem abalar. É um homem tranqüilo de atitudes, moderado nos gestos e nas reações, mas surpreendentemente impetuoso no ataque, como um gladiador que entra no campo da luta.

Na tribuna, é o esgrimista da palavra, mostrando-se contundente na crítica, certo no ataque; arrojado no debate e adivinhando como que reações do adversário. Não se deixa levar pelo ímpeto da paixão momentânea, pois a sua grande paixão, no debate, é a verdade e esta lhe impõe uma postura de autodomínio e equilíbrio sem perturbações.

Vê-lo na tribuna do Parlamento, acompanhá-lo na sequência da sua dialética, observá-lo nos gestos comedidos e na tranqüilidade de suas reações, que o levam, por vezes, da narrativa dos fatos às disquisições filosóficas e doutrinárias, numa passagem gradativa do concreto ao abstrato, é sentir como o investigador e o artista se completam na fusão do real e do ideal. A sua eloquência parlamentar tem essa característica, a que se alia o *sense of humour* ou o *granu salis* de ironia.

Em muitas passagens dos seus discursos estão as duas manifestações, naquela descrição devida a Bergson e que Afrânio Peixoto tão bem traduziu nesta distinção maravilhosa: “Enuncia-se o que deveria ser, fingindo crer que o é, precisamente: é a ironia; descreve-se minuciosamente o que é, afetando crer que as coisas assim deveriam ser; é o “humour”.

Desses recursos ele se vale constantemente.

Durante quatro anos, no Congresso Nacional, acompanhei a trajetória política do Senador Paulo Brossard, unidos sob uma mesma bandeira partidária, ele Senador e eu Deputado Federal.

Esse homem que aparenta ser um místico e realmente o é, na medida em que sente necessidade de fixar-se nas regiões do espírito em que formula as suas indagações e alimenta as suas dúvidas, não é um teórico distanciado da realidade, e muito menos um romântico, pois é na realidade que se inspira e é no terreno dos fatos que recolhe a sua análise e formula as suas críticas.

Cultor de Rui Barbosa, a cujo estilo solene e nobre se afeiçoou, vai nele muitas vezes inspirar-se, aprimorando a sua eloquência e aperfeiçoando a sua dialética. E familiarizado com as mais modernas correntes de idéias, nos domínios do pensamento político e social, tem a preocupação de traduzi-los em função de nossa realidade, numa visão abrangente de toda a nossa vida política.

Professor universitário, a cátedra é o suporte de sua tribuna parlamentar, onde se revela um expositor claro, sem preconceitos de escola, forrado de conhecimentos gerais e especializados. Sobre tudo no campo do Direito Constitucional e das idéias Políticas e Sociais.

É este o homem que a Ordem dos Advogados — Seção do Piauí, ouviu a abordagem de um tema que não é muito fascinante à generalidade do auditório, mas de cuja aridez saberá extrair os encantos de uma exposição atraente.

Aquela instituição sentiu-se honrada em poder contar com a participação do Senador Paulo Brossard, ilustrando o Círculo de Estudos Jurídicos por ela realizado, com que a instituição comemora mais um ano da fundação dos Cursos Jurídicos do Brasil.

Esse encontro revigora em nós a confiança nas instituições democráticas do País, após vencidas as barreiras do arbítrio e da estagnação política, reaviva em nós a fé no Direito e o ideal de colocar a serviço da Pátria todas as nossas energias.

E desses estímulos participamos hoje ao lado do Paulo Brossard, em quem tanto confiam as gerações de hoje,

que o haverão de inspirar à conquista da glória que Nabuco considerou a maior de todas para o político — “reviver politicamente em outra geração, prestando ainda serviços ao País”.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Com a palavra o nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em primeiro lugar, quero congratular-me com o prezado amigo Moacyr Dalla e com o ex-Governador da Bahia, Lomanto Júnior, pela eleição à Presidência e vice-presidência do Congresso Nacional, respectivamente. Tenho a certeza de que ambos saberão, em horas difíceis, conduzir muito bem o Congresso, com muita tranqüilidade, muita independência e, principalmente, sem paixão partidária. São dois homens de bem. Esta é a opinião de muitos colegas, que já me disseram que os Senadores foram muito felizes na escolha.

Sr. Presidente, a Revolução de 1964 teve, realmente, pontos positivos, mas teve pontos negativos, principalmente, na parte da legislação social e do abandono em que ficam os menores, que é o grande problema deste País.

Recordo-me eu ainda era jovem, de que no Governo Benedito Valadares existiam, pelo menos nas cidades de médio porte, patronatos agrícolas. Esses patronatos agrícolas recebiam menores carentes de todas as cidades. Devíamos ter, naquela época, mais de oitenta patronatos agrícolas, que incentivavam o menor a ter uma profissão. Dali saíam alfaiates, bombeiros, músicos. O menor era assistido. Após a Revolução de 64, o menor ficou completamente abandonado. Antes, os próprios batedores de carteira eram artistas, porque batiam a carteira sem ninguém perceber. Após a Revolução de 64, criou-se o trombadinha, que, além de levar o dinheiro da vítima, ainda usa de violência. Sabemos que violência só se resolve com amor. Se existem esses assaltos, é porque realmente a sociedade brasileira, em todos os níveis, está lutando com grandes dificuldades, para sobreviver.

O nosso maior problema, então, menor abandonado.

Dizem que devemos limitar a natalidade. Um país com 8 milhões e 500 mil km quadrados precisa é de mais habitantes, para podermos ocupar essa área o mais rápido possível, antes que ela seja ocupada, ou ameaçada de ser ocupada por estrangeiros.

Terminando, Sr. Presidente, quero, mais uma vez, congratular-me com o Senado pela duas escolhas. Estarei sempre presente aqui para pretigar a Presidência e dela receber a orientação e as ordens.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Agradeço ao nobre Deputado Jorge Carone as referências elogiosas à minha pessoa.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PDS — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em primeiro lugar quero registrar com a maior satisfação, um acontecimento de grande interesse para a Casa. De acordo com uma antiga praxe no Senado Federal, foi eleito Presidente daquela Casa e do Congresso Nacional, conseqüentemente, o seu 1º Vice-Presidente, Senador Moacyr Dalla, e o nobre e ilustre Senador Lomanto Júnior foi eleito 1º Vice-Presidente. Isto é uma demonstração do fortalecimento do Poder Legislativo.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, não como Líder do meu partido, mas como um modesto e humilde parlamentar de Pernambuco, quero registrar, com a maior euforia e a maior satisfação a exoneração do Ministro da Previdência, Hélio Beltrão. Aprendi nesta Casa, Sr. Presidente, uma lição — não pessoalmente, mas através de outros parlamentares — como Deputado José Bonifácio. S. Exª dizia aos seus liderados: “Quando vocês forem

elogiado pela Oposição, mudem de posição, porque vocês estão errados." E hoje estou verificando isto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas. O Ministro Hélio Beltrão era diariamente elogiado pelas Oposições, evidentemente, porque ele não dava para o exercício daquela alta função. Posso dizer, como depoimento pessoal, que eu lia e relia a respeito daquelas situações de conflito entre o Ministro Hélio Beltrão e o meu Governo, que defendo aqui com tanta vontade, com tanta agressividade e — tenho certeza — com grande valorização, pois acredito no meu Governo. Quando eu lutava pelo 2.045, que sempre dizia não ser bom para os meus trabalhadores, porque defendo o meu Estado, Pernambuco, o Ministro Hélio Beltrão criticava contundentemente a política econômica do País. Evidentemente, se ele criticava a política econômica, criticava também o nosso Presidente João Figueiredo. Muitas vezes li um editorial do *Jornal do Brasil* de 16 de julho do corrente ano, logo após a edição do Decreto nº 2.045, quando foram editados os Decretos-leis nºs 2.064 e 2.065. O ex-Ministro Hélio Beltrão dizia que assinou, mas não leu. Eram esses absurdos que eu não compreendia. Eu chegava a ver, de sua parte, críticas contundentes ao projeto de implantação de microempresas, que foi divulgado através de várias monografias, quando ainda os órgãos da área econômica do Governo dele tomavam conhecimento. Havia aquele choque entre o Ministro Hélio Beltrão e os demais Ministros. Recentemente, há 2 ou 3 dias, S. Exª atacou frontalmente um dos órgãos que considero de maior valor dentro da República, que é a Casa Civil, por ter dado orientação equivocada ao Presidente da República, no sentido de sancionar uma lei que tem certa vinculação com o CONTRAN, que nada teria a ver, no aspecto técnico, com a Casa Civil da Presidência da República. Era referente a um problema específico de exames de vista para motorista. Evidentemente, assinada a lei pelo Presidente da República e por mais três Ministros, o Ministro Hélio Beltrão atacava contundentemente, através da imprensa, o meu Governo. Eu não entendia por que ele continuava no Governo.

Aqui nesta Casa, Sr. Presidente, trezentos e vinte e um parlamentares, assinaram um requerimento convocando S. Exª a comparecer aqui para esclarecer a derrocada da Previdência Social neste País. Infelizmente, não chegamos a tê-lo neste plenário para podermos fazer-lhe as indagações convenientes. É por isso que fazemos aqui os dois registros, referentes à eleição do ilustre Senador Moacyr Dalla e de V. Exª e também à exoneração do Ministro Hélio Beltrão.

O Nosso Líder Jorge Arbage fará a comunicação oficial. Mas eu não podia deixar de registrar a indicação de um grande nome nacional, que esta Casa aprendeu a admirar, do ex-Ministro e ex-Senador da república Jarbas Gonçalves Passarinho, para ocupar o Ministério da Previdência Social.

É com satisfação que este modesto e humilde Parlamentar faz aqui esta comunicação, para Pernambuco, e sobretudo para o Município de Bom Jardim, onde foi eleito e através do qual cheguei a esta Casa.

Perdoe-me V. Exª a emoção com que faço este registro.

O SR. JORGE ARBAGE — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Tem a palavra o nobre Deputado Jorge Arbage.

O Sr. Jorge Arbage (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Liderança do PDS, por nós exercida eventualmente nesta noite, vem à tribuna para comunicar que o Ministro Hélio Beltrão, titular das Pastas da Previdência e Assistência Social e da Desburocratização, encaminhou uma carta a S. Exª o Sr. Presidente da República, solicitando exoneração dos referidos cargos. O Presidente João Figueiredo recebeu o pedido, e pretende, amanhã pela manhã, dar a

sua resposta às ponderações formalizadas pelo Ministro Hélio Beltrão. Enquanto isto, o ex-Senador Jarbas Passarinho recebeu convite formal do Presidente João Figueiredo para um encontro, amanhã pela manhã, na Granja do Torto.

Faço esta comunicação, Sr. Presidente, em caráter oficial, tal como nos foi transmitida pelo Palácio do Planalto.

E na oportunidade, sem que isto importe em censura ou restrição a pronunciamentos de Parlamentares nesta augusta Casa do Povo, cumpre-nos afirmar que o Ministro Hélio Beltrão, a despeito de não ser um *expert* em matéria política, e haver, na sua gestão, provocado alguns episódios que contrariam a classe política, foi realmente um homem íntegro, capaz, honesto, competente, probo, e que procurou, na medida do possível, emprestou à Previdência Social e ao Ministério da Desburocratização uma ação digna e compatível com as exigências da atual conjuntura brasileira. Ao deixar, hoje, os dois Ministérios que acumulava, S. Exª o faz com o respeito e a admiração da grande Nação brasileira.

Sabemos, Sr. Presidente, que tanto o setor administrativo como a vida política são dinâmicos na continuidade das suas ações. Assim, o pedido de exoneração do Ministro Hélio Beltrão é considerado um ato de rotina na vida administrativa do País.

Esperamos, portanto, que o seu substituto, que provavelmente será o ex-Senador Jarbas Passarinho, homem que já traz uma bagagem de experiência muito ampla da vida previdenciária brasileira, possa colocar esse Ministério no âmbito do seu destino, fazendo-o realmente responder e corresponder aos anseios do povo deste País.

É esta, Sr. Presidente, a comunicação que fazemos ao Congresso Nacional, em nome da Liderança do PDS na Câmara dos Deputados.

O Sr. Mário Frola — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Tem a palavra V. Exª

O SR. MÁRIO FROLA (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Voltaire tinha razão quando dizia: "Quanto mais conheço o homem, mais amo meu cão". E o velho adágio "rei morto, rei posto" é uma realidade que considero, neste momento, como uma capruça sobre a cabeça do nobre Deputado Nilson Gibson. É muito estranho que esse Vice-Líder do Governo nunca tenha enxergado, durante todos estes anos de Vice-Liderança, os defeitos que hoje enunciou a respeito desse grande brasileiro, o ex-Ministro Hélio Beltrão. Sentimo-nos mal, constrangidos, mesmo, ao ver que algumas pessoas só agredem outras quando essas não são mais quase nada, estão derrubadas, caídas, lançadas ao solo. Sentimo-nos revoltados diante de tal atitude.

Em razão disso, devemos fazer justiça a esse brasileiro que, se não conseguiu desburocratizar este País, pelo menos o tentou, e obteve, nesta missão algumas vitórias e conquistas. E considere-se que somos de um partido de Oposição. Neste momento, S. Exª foi agredido vilmente neste plenário, embora depois tenha recebido elogios e palavras generosas do Vice-Líder Jorge Arbage.

Queremos nos congratular com o Ministro Hélio Beltrão, em nome da Oposição, do PMDB, partido que represento nesta Casa. S. Exª sai do Ministério da Desburocratização merecendo todo o respeito da Oposição neste País e também todo o respeito da nacionalidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Com a palavra o nobre Deputado Wilmar Palis.

O SR. WILMAR PALIS (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje, entre tantas agruras por que passa o povo brasileiro, é um dia de alegria para o Congresso Nacional, com as eleições do

nobre Senador Moacyr Dalla para Presidente e de V. Exª, Senador Lomanto Júnior, para Vice-Presidente do Senado. Nós, que lá estivemos, pudemos presenciar uma eleição que não foi de fora para dentro mas que se originou no próprio Congresso, numa demonstração inequívoca de admiração, de carinho e também, de justiça, pelos trabalhos realizados ao longo da profícua gestão de V. Exªs, que acabaram por receber o sufrágio de seus pares no Senado Federal. Foi uma eleição legítima, porque afeita inteiramente aos parâmetros do Congresso Nacional, sem as injunções externas, que, no passado, tanto denegriram este Poder. Hoje, pudemos verificar, de corpo presente, uma eleição legal, acima de tudo legítima — porque o ser legal muitas vezes não se constitui em legitimidade. Não poderíamos deixar de vir à tribuna, não apenas para fazer este registro mas, acima de tudo, para ressaltar a grandeza deste Poder, que não pode mais ser aviltado como vem sendo, que não mais pode sucumbir a pressões externas. É por isso que a nossa voz de Wilmar Palis levanta-se altaneira, e é com ufania que ocupamos esta tribuna do Congresso Nacional, trazendo o testemunho daquilo que presenciamos nesta tarde, sob a lembrança do bravo Senador Nilo Coelho. Nessa eleição de hoje sentamos a presença de Nilo Coelho com sua bravura, seu modo indômito de atuar, sempre presente quando presidia as sessões do Congresso e do Senado Federal. Em Nilo Coelho encontrávamos aquilo que é o sonho de todos nós que viemos a esta Casa, para representar o povo de nosso Estado e o povo brasileiro com altanaria, sem sucumbir aos ditames e injunções que em nada dizem respeito ao Poder Legislativo. Ali estava Nilo Coelho, ao lado de Moacyr Dalla e Lomanto Júnior, com o apreço, o carinho, a amizade e, acima de tudo, o reconhecimento dos demais Senadores, que sufragaram os nomes de S. Exªs. É por isso que queremos dizer enfaticamente que não podemos concordar, nobre Presidente Lomanto Júnior, com a falta das prerrogativas, deste Poder, quando não legisla, mas apenas diz o "sim" ou "não" aos decretos-leis advindos do Poder Executivo. Temos de acabar com este instituto do decreto-lei para a salvaguarda deste Poder. Esta é a hora e a vez de fazer isso, para que possamos dizer à Nação que aqui viemos a fim de lutar em favor do povo, e essa luta só será legítima quando os instrumentos ao nosso alcance, forem exercitados com pleno vigor. Quem pode dizer, em sua consciência, que o Congresso Nacional hoje é inteiramente Soberano, se as principais leis nele não têm origem, em virtude de instrumentos que, considerados constitucionais, porque inseridos na Constituição, mas que não são legítimos, porque não representam a aspiração do povo, e um dia foram ali colocados em função de atos ou emendas, sob forte pressão. Mas agora, é a vez da Constituição ser libertada desses instrumentos, nobre Deputado Lomanto Júnior, que nos constriam, que nos compungem, como os Decreto-Leis, o decurso de prazo, o fechamento de questão, a outorga ao Presidente da República da exclusividade de iniciativa de leis que se refram a matéria financeira, tributária e orçamentária e outros. E melancolicamente vemos, hoje, nesta sessão de sexta-feira do Congresso Nacional, ao lado da beleza da eleição de V. Exª, a pauta da Ordem do Dia, trazendo matéria da maior projeção, senão a principal delas, para ser discutida num plenário praticamente vazio: o nosso Orçamento Plurianual de Investimentos. Parece até um contra-senso, nobre Presidente, Senador Lomanto Júnior, que em uma sessão única se escoe, termine o tempo da discussão, com poucos Congressistas presentes. Não seria mais plausível que matéria de tal envergadura, de tal jaez, tivesse seu tempo em discussão única num plenário com mais presença, já que, hoje, sexta-feira, encontra-se semideserto?

O Sr. Luiz Cavalcante — V. Exª me permite um aparte?

O SR. WILMAR PALIS — Se o nobre Presidente consentir. Não sei se o Regimento permite, mas gostaria da anuência de S. Exª

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Evidentemente, sendo esta a primeira sessão que estou presidindo, não posso deixar de concordar em que V. Exª conceda o aparte ao nobre Senador Luiz Cavalcante, um dos orgulhos desta nossa Casa.

O SR. WILMAR PALIS — Agradeço a V. Exª esta oportunidade de o Senador inserir em nossa fala o seu aparte, que por certo há de ser brilhante.

O Sr. Luiz Cavalcante — Eminentemente Deputado, sentado à mesa, ao lado do Presidente, não pude resistir ao desejo de vir ao microfone expressar meu aplauso à oração de V. Exª, em especial quando V. Exª profliga a enxurrada incessante de decretos-leis. Aplaudo também a censura que V. Exª faz à quase-totalidade dos nossos companheiros ausentes. E é por isso que vim ao microfone. A meu ver, eminente Deputado, enquanto dispusermos desta mordomia do absenteísmo, de ganharmos as nossas diárias, os nossos *jetons*, quer vindo a esta Casa, quer indo a outra Casa, quer não vindo, enquanto isto não foi abolido, ou enquanto não nos compenetrarmos de que temos obrigação de estar cotidianamente nos nossos plenários, haverá plena justificativa para os decretos-leis. Com Casas vazias, fácil é imaginar os anos e os meses que seria preciso decorressem até que aprovassemos as leis, fossem de iniciativa desta Casa, fossem de iniciativa do Planalto. Sei que me coloco mal, de certo modo, perante meus colegas, mas a verdade — e esse é um aforisma que tenho de cor — só tem vergonha de uma coisa: a de estar escondida. Agradeço a V. Exª

O SR. WILMAR PALIS — Somos nós que agradecemos a V. Exª o aparte, nobre Senador Luiz Cavalcanti. E agradecemos a anuência do nobre Senador Lomanto Júnior, que permitiu, além do Regimento, a intervenção de V. Exª. De forma alguma, porém, fizemos qualquer tipo de censura a qualquer colega.

Mas, nobre Senador Lomanto Júnior, gostaríamos que constasse de nossa oração esta Ordem do Dia para que, amanhã, possamos evitar que matérias da maior importância, senão as mais importantes, sejam colocadas em discussão única numa sessão de sexta-feira, à noite, com poucos Parlamentares presentes. Não que tenhamos algum sentido de crítica destrutiva, ao contrário, essa crítica é profundamente construtiva. Pela leitura os prezados companheiros poderão averiguar que é melancólico e triste discutir-se matéria tão relevante com um Plenário quase vazio. Pedimos a transcrição dessa Ordem do Dia que é a seguinte:

ORDEM DO DIA

I

Discussão, em turno único do Subanexo Poder Legislativo — Câmara dos Deputados, tendo
PARECER FAVORÁVEL, sob nº 128, de 1983-CN, da Comissão Mista.

II

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Legislativo — Senado Federal, tendo
PARECER FAVORÁVEL, sob nº 129, de 1983-CN, da Comissão Mista.

III

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Legislativo — Tribunal de Contas da União, tendo
PARECER FAVORÁVEL, sob nº 130, de 1983-CN, da Comissão Mista.

IV

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Judiciário, tendo
PARECER FAVORÁVEL, sob nº 131, de 1983-CN, da Comissão Mista.

V

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Legislativo — Presidência da República, tendo
PARECER FAVORÁVEL, sob nº 132, de 1983-CN, da Comissão Mista.

VI

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Fazenda, tendo
PARECER FAVORÁVEL, sob nº 138, de 1983-CN, da Comissão Mista.

VII

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Indústria e do Comércio, tendo
PARECER FAVORÁVEL, sob nº 139, de 1983-CN, da Comissão Mista.

VIII

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior — Parte Geral — SUDECO — SUDENE — DNOCS e DNOS, tendo
PARECER FAVORÁVEL, sob nº 140, de 1983-CN, da Comissão Mista.

IX

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior — Projeto Rondon — FUNAI — SUDAM, tendo
PARECER FAVORÁVEL, sob nº 141, de 1983-CN, da Comissão Mista.

X

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior — SUDESUL — CODEVASF, tendo
PARECER FAVORÁVEL, sob nº 142, de 1983-CN, da Comissão Mista.

Pedimos a V. Exª, com todo o respeito, para retirar essa matéria da Ordem do Dia, para não se encerrar a discussão única. Não há oradores. E a Ordem do Dia será jogada para quem? Apenas na letra fria de que todos os pareceres tiveram a sua discussão encerrada. É a solicitação que faríamos.

Com muito prazer, ouvimos o Deputado Mário Frota, com a anuência do nosso digno, honrado, valoroso, determinado, aguerrido Senador pela Bahia, Lomanto Júnior, cuja trajetória, conhecemos de há muito, honrando-nos sobre modo sermos presididos por S. Exª.

O Sr. Mário Frota — Nobre Deputado Wilmar Palis, faço minhas as suas palavras. Gostaria que S. Exª, o Presidente que dirige os trabalhos desta sessão, suspendesse esta reunião inócua, pois não temos parlamentares suficientes em plenário, e esta matéria é muito importante para ser discutida apenas por três ou quatro parlamentares. Gostaria de ver a Casa lotada para discutir assunto de fundamental importância para Nação brasileira, razão por que gostaria que S. Exª, após a fala do ilustre colega, com base no Regimento da Casa, encerrasse a sessão para que pudéssemos discutir esta matéria na próxima semana.

O SR. WILMAR PALIS — Agradecemos ao nobre Deputado Mário Frota o aparte. Gostaríamos que o Presidente suspendesse a sessão, dada a notória falta de quorum...

O Sr. Nilson Gibson — Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. WILMAR PALIS — Nobre Deputado Nilson Gibson, V. Exª poderá solicitar um aparte e, com a anuência do Presidente, nós o concederemos com muito prazer.

O Sr. Nilson Gibson — Eu ia pedir ao Presidente que, antes de deferir o pedido de V. Exª, nos concedesse a palavra, para que pudéssemos defender a atitude da Mesa do Congresso Nacional, que não tem culpa se, porventura, aqui não se encontram os parlamentares para discutir a matéria. A Mesa não pode, de maneira alguma, ser acusada de qualquer ato, seja omissivo ou comissivo, argüido pelo nobre e ilustre Deputado Wilmar Palis. Presto, em nome do meu partido, minha solidariedade à Mesa do Congresso Nacional. Sei que não somente a Mesa presidida pelo Senador Nilo Coelho ou, eventualmente, pelo nobre Senador Moacyr Dalla, mas também a presidida por V. Exª cumprirá rigorosamente todas as normas que se encontram no Regimento. Se alguma falha existe porventura, evidentemente, é dos nobres e ilustres parlamentares, que não estão comparecendo à sessão. Sabe qualquer parlamentar, como sempre diz o Presidente Flávio Marçílio, que o horário da votação na Câmara dos Deputados é às 15 h. 30 min. Então, cabe ao parlamentar cumprir o seu horário neste plenário. Hipoteco minha solidariedade à Mesa do Congresso Nacional, em nome do meu partido.

O SR. WILMAR PALIS — Nobre Presidente, Senador Lomanto Júnior, a intempestiva, mas tolerável por nós, intervenção do nobre Deputado Nilson Gibson prova que S. Exª tem sempre o afã de querer elogiar e agradar aqueles que se encontram no poder. Não é esse o nosso escopo, nem o nosso fim. O nosso fim é constatar aquilo que é relevante ao interesse público. De forma alguma, em nenhuma passagem de nossa fala, teríamos agredido ou atacado a nobre Mesa do Congresso Nacional, porquanto, há poucos instantes, infatigávamos, até, a galhardia, a beleza e a pujança do ato democrático hoje vivido no nosso Senado Federal. S. Exª o Deputado Nilson Gibson ouviu cantar o galo, mas não sabe em que terreiro. Naturalmente, S. Exª deveria estar absorvido por outras idéias, e fez uma intervenção infeliz. Não agredimos a Mesa nem nossos colegas. Jamais o faríamos. Não é de nosso feitio. Quanto a ser do feitio do Deputado Nilson Gibson, isso é lá com ele. Mas não é do feitio do Deputado Wilmar Palis, que nunca denunciou ninguém, nem jamais fez investida contra quem quer que seja. Apenas o nosso mister é retratar a verdade do a quem doer, a discussão de uma matéria da maior importância não se pode escoar, numa sessão de sexta-feira à noite, num plenário vazio. E aqui não vai crítica a nenhum colega que porventura não esteja presente. Não podemos fazer escoar uma discussão única com cinco ou seis parlamentares presentes. Pedimos a V. Exª que deixe registrado nos Anais desta Casa, e verifique que não há uma tênue, uma fina linha de ataque ou de agressão à egrégia Mesa do nosso Senado Federal, do nosso Congresso. Longe de nós. Perdoamos o nobre Deputado Nilson Gibson. S. Exª deve estar acostumado a investir sempre contra quem clama para que os trabalhos sejam escorregados nesta Casa, perfeitos, contra quem luta pelas prerrogativas, contra atos que não possam condizer com a altanaria deste Congresso Nacional.

Longe de nós, Deputado Nilson Gibson — V. Exª é até meu amigo qualquer investida. Mas V. Exª não há de querer ocupar a tribuna novamente para pedir o prosseguimento da sessão, para que se esgote a discussão com cinco Parlamentares presentes, porque isto fere frontalmente o Regimento e se constitui num acinte. Não podemos consentir que se dê como vencida a matéria, em nome de nossa instituição, sem querer, com isto, agredir a quem quer que seja. Jamais fizemos isso em 12 anos de mandato parlamentar no Estado do Rio

de Janeiro, antigo Estado da Guanabara. E não será agora, em nossa primeira investidura na Câmara Federal no Congresso Nacional, e nem nunca atacaremos a dignidade, a honra de quem quer que seja, porque não é esta a nossa finalidade, o nosso escopo. Nossa luta intransigente é aquela que julgamos legítima, dos anseios de nosso povo e pela volta das prerrogativas desta Casa, pela volta ao Poder Legislativo daquilo que lhe tiraram. E é isso que magoa os acolitos do Governo S. Ex^a não deve ter falado, no caso, em nome do Partido, porque a ele também pertencemos. Só que pertencemos a um Partido pujante, que não se agacha, que não se submete a injunções que o denigam.

Pertencemos ao mesmo partido do nobre Deputado Nilson Gibson, mas o partido que vemos é outro, é um partido altaneiro, aguerrido, não um partido do "amém" e do "sim senhor", um Partido que diz sim ao erro. O Partido a que pertencemos é o glorioso Partido Democrático Social, que diz não ao erro, que diz não àquilo que é um acinte ao nosso Poder, que tem independência e altanaria para assim proclamar. Este é o partido a que pertencemos. Fazemos questão também de rebater uma crítica que não foi dirigida diretamente à nossa pessoa; foi feita em outra passagem. Não concordamos com a colocação de que, quando recebe aplausos da Oposição, o Parlamentar do outro partido deve estar errado. Nem sempre a verdade está do nosso lado. Ninguém é o dono da verdade. Quantas vezes a Oposição acertou, deu o seu quinhão, sua colaboração? Mas muitas vezes ela pode ter errado, também, como errou. E o nosso partido, também, quantas vezes acertou e quantas vezes errou? Por isso, nobre Presidente, honrado Senador Lomanto Júnior, não temos de retirar nada do que proferimos desta tribuna. Não temos que fazer nenhum reparo à nossa fala, porque não há nenhuma aleivosia parta de onde partir, não há nenhuma contumélia que possa denegrir a nossa atuação, porque ela é escoreita, ela fica ao exame de quem quer que seja, porque não temos "rabo" não temos o que esconder, não temos o que negociar por detrás do pano. Nossa fala é altaneira, porque assim a sentimos. Não fora isso, não estaríamos aqui. E o que solicitamos, Sr. Presidente, nobre Senador Lomanto Júnior, é apenas uma questão de racionalidade e de dignidade e é o certo. Esgotar-se-á a discussão de matérias transcendentais para o cenário brasileiro numa sessão com cinco parlamentares deixa de ser um escárnio para se transformar num deboche. E é para resguardar este Poder que vemos a esta tribuna solicitar candentemente a V. Ex^a que, olhando para o plenário, sem nenhuma eiva de crítica a nenhum colega porventura ausente, não permita o prosseguimento desta sessão. V. Ex^a, um democrata, um homem também sofrido na sua Bahia, com várias injunções contra, com várias peregrinações de sofrimento, há de sentir que hoje, quando se inaugura a administração de V. Ex^a e do nobre e honrado Senador Moacyr Dalla, não há de querer começá-lo com um ato que não traduza a não ser a grandeza do nosso Parlamento.

Pedimos a V. Ex^a, com todo o respeito, com a maior consideração, e aplaudindo a eleição do nobre Senador Moacyr Dalla e do nobre Senador Lomanto Júnior, que comece pontificando com um ato de exação, porque nada é mais exação do que a verdade, encerrando os nossos trabalhos sem colocar em discussão o Orçamento Plurianual, por evidente falta de quorum. Este é o nosso lastro democrático, com a verdade, respeitando a todos, mas exigindo em contrapartida, o respeito de todos, porque só é respeitado quem sabe fazer-se respeitar.

Muito obrigado a V. Ex^a prossigam na sua fala. Este é o lastro democrático de Wilmar Palis, respeitando a todos, mas exigindo, em contrapartida, o respeito à sua pessoa, porque só é respeitado quem sabe fazer-se respeitar.

Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — O Nobre Deputado Wilmar Palis está amparado no Regimento, e eu não cometeria, na primeira sessão do Congresso Nacional que com muita honra presido, uma agressão ao Regimento e, sem dúvida alguma, aos ditames do próprio Congresso Nacional.

Antes de encerrar a sessão, sinto-me no dever de agradecer ao nobre Deputado Wilmar Palis as palavras que dirigiu ao Senador Moacyr Dalla, novo Presidente do Congresso Nacional, que vai seguir as pegadas, que vai mirar-se no exemplo que nos deixou o inesquecível Senador Nilo Coelho. V. Ex^a pode ficar certo de que, neste tempo que nos resta de mandato como Presidente e Vice-Presidente, haveremos de lutar com todas as nossas forças para restabelecer as prerrogativas do Parlamento brasileiro. Uma democracia — e o Presidente da República quer fazer deste País uma democracia — só pode funcionar quando os Poderes são independentes e harmônicos entre si. Quando um Poder se subrepuja a outro, a democracia já não funciona na sua plenitude.

Por isso, V. Ex^a pode ter a certeza de que os elogios generosos, as palavras que V. Ex^a me dirigiu, comoveram-me profundamente. Sou um homem modesto, com uma longa caminhada na vida pública, e Deus fez com que se afastasse de mim a negrura da vaidade. A humildade e o cumprimento da lei têm sido a razão da minha existência. E se vim para o Parlamento e recebi dos meus Pares, sem cor partidária, a unanimidade da votação, tenho de devolver com dignidade, de maneira retilínea, a minha conduta nesta Casa. Agradeço a V. Ex^a as palavras a mim dirigidas.

Hoje fui tolerante quanto ao tempo. Evidentemente, não cassaria a palavra de ninguém no primeiro dia em que presido, com muita honra, com muita emoção, o Congresso Nacional. Cheguei a afirmar, no pronunciamento que fiz hoje à tarde, que, depois de tanto sofrimento, cabelos encanecidos, faces marcadas por vincos de sofrimento, sentia uma alegria juvenil naquele momento em que o meu Senado me consagrava no seu segundo posto.

O Sr. Wilmar Palis — Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — V. Ex^a não tem o que agradecer, porque estou aqui cumprindo com o meu dever. Atendendo à oportuna advertência de V. Ex^a, seria realmente ignominioso se discutíssemos projetos tão importantes quando a Casa conta com tão poucos representantes. Nos termos do art. 55, § 1º, **in fine**, em 51, § 3º, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas, com a seguinte Ordem do Dia:

Votação dos Projetos nºs 11 e 12, de 1983.

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo referente ao Decreto-lei nº 2.055, de 1983. 4ª sessão.

Apreciação das Mensagens nºs 108 e 110, de 1983, no Congresso Nacional, referentes aos respectivos Decretos-lei nºs 2.054 e 2.056, de 1983, na 4ª sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — O Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 1983, referente ao Decreto-lei nº 2.048, foi incluído na Ordem do Dia em dez sessões. Após decorrido o prazo estabelecido no § 1º, do art. 55 da Constituição, para deliberação sobre a matéria, cumpro o Regimento, e cumpro com certa satisfação. Não havendo manifestações do Congresso, o Decreto-lei é considerado aprovado, ficando, em consequência, prejudicado o projeto de decreto legislativo correspondente.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão, às 19 horas e 55 minutos.*)

Ata da 360ª Sessão Conjunta, em 11 de novembro de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lomanto Júnior

ÀS 20 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Iris Célia — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Severo Gomes — Henrique Santillo — Derval de Paiva — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; José Mello — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Wildy Viana — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; Mário Frota — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Pedro Novais — PMDB; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Furtado — PMDB.

Ceará

Alfredo Marques — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Furtado Leite

— PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Manoel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS.

Paraíba

Carneiro Arnaud — PMDB; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PDS.

Sergipe

Francisco Rollemberg — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Pinto — PMDB; João Alves — PDS; José Lourenço — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS.

Espírito Santo

Nelson Aguiar — PMDB.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Franciso Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; Jorge Cury — PTB; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Machado — PDS; Magalhães Pinto — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cicero de Vasconcellos — PDS; Raul Bernardo — PDS.

São Paulo

Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goias

Aldo Arantes — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Onísio Ludovico — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Gilson de Barros — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Oscar Alves — PDS; Reinhold Stephanes — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Paulo Melro — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza

— PMDB; Nelson Marchezan — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

João Batista Fagundes — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — As listas de presença acusam o comparecimento de 58 Srs. Senadores e 168 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, às dezoito horas e trinta minutos, neste plenário, destinada à leitura da Mensagem nº 135, de 1983-CN, referente ao Projeto de Lei nº 17, de 1983-CN, que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Wilmar Palis.

O SR. WILMAR PALIS (PDS — RJ. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, naturalmente V. Ex^a, que tão bem dirigiu a sessão anterior, há de verificar que nenhuma matéria poderá ser votada ou encerrada qualquer discussão dada a notória falta de presença nesta sessão de sexta-feira à noite.

Peço a V. Ex^a que se atenha ao Regimento, como sempre soube fazer, e como já o demonstrou, para que posamos, mais uma vez, neste Congresso Nacional, que representa o povo do nosso País, realizar nossos trabalhos da maneira mais perfeita, mais correta, com a maior exatidão.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Ainda uma vez V. Ex^a está coberto de razão. E de acordo com o § 2º, do art. 29, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 5 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1 203 — Brasília — DF
CEP 70 160

CÓDIGO DE MENORES

(edição: 1982)

- Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, que "Institui o Código de Menores"
- Índice temático
- Comparação com a legislação anterior (Decreto nº 17.943-A/27 e Leis nºs 4.655/65 e 5.258/67, alterada pela Lei nº 5.439/68)
- Anotações (textos legais; pareceres; comentários; depoimento na CPI do Menor)
- Histórico da Lei nº 6.697/79 (tramitação legislativa)

512 Páginas

Preço: Cr\$ 1.000,00

*À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal –
Anexo I – 22º andar – Brasília, DF (CEP: 70160) ou pelo REEMBOLSO POS-
TAL*

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 76

Está circulando o nº 76 da "Revista de Informação Legislativa", periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, publicado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 380 páginas, contém as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO

- A imunidade jurisdicional dos Estados — *Jacob Dolinger*
- Alguns aspectos das limitações ao direito de extraditar — *Luiz Alberto Araújo e Luiz Regis Prado*
- O direito penal internacional e a extradição na sistemática jurídica — *Therezinha Lúcia Ferreira Cunha*
- Aspectos da teoria geral do processo constitucional: teoria da separação de poderes e funções do Estado — *José Alfredo de Oliveira Baracho*
- O controle de constitucionalidade de leis municipais — *Fernanda Dias Menezes de Almeida*
- Perda de mandato por infidelidade partidária? — *Nelson de Sousa Sampaio*
- O Tribunal de Contas e o aperfeiçoamento do Estado de Direito — *A. B. Cotrim Neto*
- O Estado e suas empresas — *Hely Lopes Meirelles*

- Legislação tributária: fontes e conceito — *Carlos Valder do Nascimento*
- Usucapião de bens imóveis e jurisprudência do STF — *Fábio Maria de Mattia*
- O sistema de patentes: um instrumento para o progresso dos países em vias de desenvolvimento — *Nuno Tomaz Pires de Carvalho*
- A concorrência desleal e a confusão entre produtos — *Carlos Alberto Bittar*
- Direito de arena — *Antônio Chaves*
- Considerações a propósito das tentativas de elaboração de um Código de Execuções Penais — *Licínio Barbosa*
- Substituição processual — processo do trabalho — *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*
- Iniciação ao estudo do precatório — *Vladimir Souza Carvalho*
- Deficientes: sua tutela jurídica — *Moacyr de Oliveira*

Preço do exemplar: Cr\$ 700,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Faça já a sua assinatura para 1983
(nºs 77 a 80) por Cr\$ 4.000,00

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

QUADRO COMPARATIVO

(4ª edição)

Texto constitucional vigente (incluindo a Emenda Constitucional nº 22/82) comparado à Constituição promulgada em 1967 e à Carta de 1946.

152 notas explicativas, contendo os textos dos Atos Institucionais e das Emendas à Constituição de 1946.

Índice temático do texto constitucional vigente.

Preço: Cr\$ 900,00

380 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL

**PROJETO DE LEI
nº 1.657, de 1983**

Quadro comparativo do Projeto em tramitação no Congresso Nacional, com o Anteprojeto Benjamin Moraes (1970) e a legislação vigente.

Exposição de Motivos. Regras Mínimas da ONU para o tratamento dos Reclusos. Notas.

Preço:

Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar) — Brasília—DF — 70160, ou mediante cheque visado pagável em Brasília.

SEGURANÇA NACIONAL

(2ª edição — 1982)

Lei nº 6.620, de 17-12-78

Índice temático. Tramitação legislativa

- Legislação vigente (Lei nº 6.620/78) comparada, artigo por artigo, à legislação anterior (Decretos-Leis nºs 314/67 e 510/69 e Lei nº 1.802/53).
- Notas a cada dispositivo: legislação correlata, comentários de juristas e da imprensa, elaboração legislativa.
- Textos constitucionais e legislação ordinária (de 1824 a 1982).

368 páginas

Preço: Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas

Senado Federal

22º andar — Brasília—DF

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal) ou pelo REEMBOLSO POSTAL.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00